

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DE PORTO ALEGRE
CPOR/PA

PROJETO MÁRIO TRAVASSOS

CONTROLE INTERNO E EXTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Autores: Ely Célia Corbari e Joel de Jesus Macedo – Editora Intersaberes - 250 páginas)

ALCIONIS TEIXEIRA DE MENEZES – S TEN
(Curso de Cavalaria)

PORTO ALEGRE-RS
2018

RESUMO

CONTROLE INTERNO E EXTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Livro foi desenvolvido com o objetivo de fornecer uma visão ampla de controle voltada para a legalidade, para os resultados operacionais, em especial para a economicidade, eficiência e eficácia do Controle interno e Externo na Administração Pública. Durante os últimos anos o Poder Público tem passado por mudanças institucionais e culturais no trato com o dinheiro público em virtude da nova e urgente necessidade levantada, a reformulação da forma de governar. Entre os diversos aspectos que devem ser reformulados, a relação com a sociedade e a eficácia das políticas públicas ganharam foco principal. Essa nova concepção de Estado não se restringe aos limites nacionais, é resultado de uma tendência mundial, reflexo do fortalecimento e da crescente mobilização e pressão da sociedade civil, que busca o aprimoramento do controle na administração pública. Para o maior entendimento o livro possui sete capítulos. No primeiro (Entendendo o Estado e suas transformações), fala que a Administração Pública brasileira, que se refere ao aparelhamento do Estado, evoluiu por meio de três modelos básicos que se sucederam no tempo, sem contudo, serem completamente suplantados, são eles a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. No segundo (O controle na administração pública), diz que no âmbito da administração pública, o controle seja interno ou externo deve ser exercido quanto à legalidade, à legitimidade e a economicidade, nos aspectos financeiros, contábeis, patrimoniais e operacionais da empresa. Já o capítulo três (O controle interno), nos mostra que controle interno é o controle realizado pelo próprio órgão, com o objetivo de verificar a exatidão e a fidedignidade dos dados contábeis e o cumprimento das leis e de regulamentos aplicáveis, além de promover a eficiência Operacional. O capítulo quatro (Metodologia Coso de controle interno), nos ensina que o Comitê das Organizações Patrocinadoras (Coso) estabeleceu uma definição única de controles internos, válidos para todas as organizações, com o objetivo de apresentar uma estrutura de controle interno que gerencie os riscos, ou seja, os eventos que podem afetar negativamente a organização. Na apresentação do capítulo cinco (O Controle externo na administração pública), nos mostra que o controle externo é aquele realizado por uma pessoa ou por um órgão que não integra a estrutura organizacional da empresa. No Brasil o controle externo deve ser realizado pelo Poder legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas. Ao prestar contas, fica garantido o maior nível de transparência e de exposição das políticas públicas, permitindo que a sociedade visualize se seus representantes estão ou não agindo em função do interesse comum. No sexto capítulo (Transparência accountability e governança pública), dá ênfase na transparência, nos mostra que ser transparente com a gestão pública é permitir que aquele que está de fora consiga visualizar e distinguir o que está ocorrendo na administração pública. A Constituição Federal de 1988 estabelece a transparência como princípio constitucional e a participação popular como uma garantia do cidadão. Finalmente no capítulo sete (Auditoria externa e interna no setor público), nos apresenta as diferenças entre as auditorias, são divididas em internas e externas, a depender de seu posicionamento em relação ao órgão auditado. Consistem na investigação técnica de fatos, evidências e informações que permitem a formação fundamentada da opinião do auditor. Os auditores são distintos para auditoria interna e a externa, pois dependem de seus objetivos. O livro

tem o objetivo de apresentar discussão sobre o controle na administração pública de forma ampla, abordando o controle interno, externo (parlamentar) e o social como uma rede que visa apoiar a administração pública na consecução de seus objetivos, no cumprimento das leis, normas e regulamentos, na precisão e na confiabilidade dos relatórios e no estímulo à eficiência e à eficácia operacional.

Os autores deram uma ênfase maior na questão da auditoria e controle, pois citam em várias oportunidades o perigo do leitor confundir auditoria com controle, principalmente auditoria interna com controle interno. Os autores buscam destacar que a auditoria interna é uma atividade administrativa que mede e avalia a eficiência de outros controles, entre eles o controle interno. Assim o trabalho de auditoria interna deve proceder ao exame da avaliação, da adequação e da eficácia do sistema de controle interno, e da qualidade do desempenho na realização do trabalho.

O Livro busca em cada capítulo, apresentar de maneira clara e objetiva, as principais discussões a respeito de controle na administração pública, mas com o cuidado de não esgotarem os debates sobre o assunto, sempre instigando o leitor a refletir sobre todos os temas propostos. Ao final de cada capítulo apresentam questões para revisão, aprimorando ainda mais a análise do conteúdo abordado no livro.